

A close-up, black and white photograph of two hands shaking, symbolizing agreement or partnership. The hands are the central focus, with the fingers and palm texture clearly visible. The background is a soft, out-of-focus grey.

GESTÃO DE RISCOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

SECRETARIA EXECUTIVA
DE INTEGRIDADE
E GOVERNANÇA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. GERENCIANDO RISCOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
2. IDENTIFICAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PRIORITÁRIA.....	7
3. ANÁLISE DOS RISCOS EM CASO DE INTERRUPÇÃO TEMPORÁRIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	9
4. FORMAS DE REDUZIR O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	11
5. ANÁLISE DO CUSTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM COMPARAÇÃO A SEU RETORNO SOCIAL	13
6. INSTRUMENTO AUXILIAR DE AVALIAÇÃO	15
7. AVALIAÇÃO DE RISCOS	17

Este material foi elaborado para utilização pelos servidores e agentes públicos da Administração Pública catarinense. Sua reprodução, total ou parcial, sem referência, é proibida e está sujeita às normas de proteção intelectual.

SECRETARIA EXECUTIVA
DE INTEGRIDADE
E GOVERNANÇA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um momento de quebra de paradigmas e a crise suscitada pela Pandemia COVID-19, além dos impactos diretos na saúde, tem afetado também de forma sistemática a economia, a educação e os demais serviços públicos. Os governantes vêm reagindo, delineando políticas públicas para proteção da saúde e da renda das pessoas, e o sistema econômico demanda sua reorganização. O direcionamento dos gastos, ou melhor, dos investimentos, deve ter como objetivo principal mitigar os efeitos atuais e futuros da crise.

O cenário que se projeta, contudo, é necessariamente incerto, e os recursos limitados certamente afetarão o leque de opções disponíveis. Além disso, reconhecemos que existe uma relação econômica entre o custo de qualquer ação específica e o custo de não agir, ou seja, ações para evitar ou minimizar riscos não podem ser tomadas a qualquer preço. Em termos práticos, as implicações de um determinado risco devem ser avaliadas em relação às consequências de lidar com esse evento ou direcionar recursos para outras prioridades.

Diante dessas circunstâncias e, por conseguinte, as demandas urgentes que surgem para o Poder Público Estadual, a Secretaria Executiva de Integridade e Governança, por meio da Coordenadoria de Acompanhamento de Políticas Públicas, elaborou este material que traz orientações para as/os profissionais, gestores e analistas, reavaliarem a pertinência, conveniência e a questão orçamentária de cada uma das políticas que executam, gerenciando os seus riscos com o objetivo encontrar soluções que tragam o aumento dos benefícios e a simultânea redução de custos das atividades.

Ao produzir este documento, a SIG dá um passo importante em torno da questão de gerenciamento das decisões a serem tomadas e os riscos envolvidos nesse processo. Reconhecemos também que este trabalho complementa os esforços notáveis que já estão em andamento nos órgãos e secretarias estaduais.

Sabemos que só com investimentos e políticas públicas eficientes e particularizadas o Governo atingirá seus objetivos. Nesse contexto, caberá aos dirigentes e técnicos dos órgãos das mais diversas áreas, refletir e mudar a produção e a implementação de políticas e

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

serviços públicos com vistas a despertar a sua capacidade para enfrentar os novos obstáculos, assegurando direitos fundamentais da população.

Esperamos que esse material contribua com respostas ágeis, eficientes e práticas de análise de riscos diante dessa crise, considerando as diversidades de situações que dela decorrem.

A Secretaria Executiva de Integridade e Governança, como órgão responsável pela implantação do Programa de Integridade e Compliance da administração pública de Santa Catarina, está à disposição para auxiliar perante as dificuldades decorrentes da gestão de riscos na revisão de políticas públicas em razão da crise de saúde pública.

Desejamos que o estudo deste guia seja proveitoso e que lhe proporcione sadias reflexões sobre a importância de adaptar o papel do Estado neste novo cenário de entrega de serviços à sociedade catarinense.

Se tiver alguma dúvida, sugestão ou reclamação, deixe-nos saber para que possamos melhorar. Conte-nos escrevendo para politicaspUBLICAS@sig.sc.gov.br.

Nosso trabalho é auxiliar para a manutenção da qualidade dos serviços que já disponibilizamos à sociedade e, juntos, garantirmos a prevalência do interesse público.

Boa leitura!

1. GERENCIANDO RISCOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Todos nós lidamos costumeiramente com riscos em nossas vidas pessoais e profissionais; contudo, a gestão de riscos requer que extrapolemos decisões instintivas sobre riscos e adotemos uma abordagem mais proativa e ordenada.

Cada vez mais o serviço público tem sido obrigado a tomar decisões difíceis sobre riscos, seja na área da saúde, ambiental, social, econômica, de prestação de serviços, entre outros. Diante da imprevisibilidade das mudanças do momento atual, é fundamental que exista rapidez na tomada de decisões. Uma abordagem eficaz do gerenciamento desses riscos na revisão das políticas públicas é uma ferramenta importante para responder a esses desafios.

Como a utilidade e a eficácia do serviço público exercem papel fundamental no processo decisório diante dos riscos, é necessário que os servidores estejam organizados para conduzir esse conjunto ordenado de decisões de maneira competente e, tanto quanto possível, livre de incertezas.

Para que a gestão de risco seja eficaz, é importante que exista uma abordagem racional na tomada de decisões, baseada no argumento de que um processo bem estruturado tende a gerar avaliações e resultados melhores com o passar do tempo. Este processo deve ser observado como uma etapa contínua de aprendizagem e inclusão de melhorias, demandando a eliminação de interesses conflitantes na busca por uma solução adequada e apropriada.

Todo gestor público, independentemente de seu nível de atuação, deve ter o comprometimento da aplicação eficiente dos recursos públicos, priorizando os objetivos estratégicos, gerando resultados que criem valor para a sociedade. Por este motivo, uma política de gestão de riscos mal administrada pode comprometer o alcance de seus propósitos e de sua finalidade maior, que é o atendimento do interesse público.

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

- E como podemos alcançar bons resultados em um ambiente cercado de incertezas e recursos limitados?

Não há manual padronizado que permita definir exatamente quais procedimentos ou medidas devem ser implementados para garantir o enfrentamento de situações atípicas em diferentes dimensões da vida humana, como tem demonstrado a Pandemia COVID-19. Apesar disso, as ferramentas de controle que serão apresentadas a seguir auxiliarão na tomada de decisões, gerenciando os riscos decorrentes do cenário atual, adaptando processos para diferentes contextos. Da mesma forma que ocorre em nossa vida diária, o governo também precisa fazer suas escolhas e enfrentar conflitos. Nosso papel é ajudá-los neste processo.

2. IDENTIFICAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PRIORITÁRIA

As políticas públicas têm por finalidade atender demandas da sociedade, solucionar problemas, garantir o desenvolvimento e promover a competitividade da economia. Porém, diante da complexidade dos desafios atuais e, por conseguinte, a escassez de recursos do Estado para fazer face a todos eles, revela-se impositivo o uso de processos de definição de prioridades para alocação dos recursos disponíveis.

Considerando que, por vezes, as políticas públicas possuem uma dimensão ampla, a sugestão de análise da Secretaria Executiva de Integridade e Governança é a utilização da matriz GUT – Gravidade, Urgência e Tendência, uma vez que é voltada exatamente para o processo de tomada de decisão.

Nesta linha de raciocínio, essa ferramenta será utilizada para priorizar os problemas que devem ser enfrentados pela gestão, bem como para analisar a prioridade que certas atividades devem ser realizadas e/ou desenvolvidas.

- O primeiro passo para montar a **Matriz GUT** é listar todos os problemas (relacionados ao seu órgão) e que as políticas públicas pretendem combater;
- Na sequência deve ser atribuída uma nota para cada problema listado, dentro dos três aspectos principais que serão analisados: **Gravidade, Urgência e Tendência.**

Gravidade: Representa o impacto do problema que pode vir a acontecer e analisa os efeitos a médio e longo prazo, caso a política pública em questão não tenha continuidade (ou não seja implantada);

Urgência: Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema que a política pública visa solucionar. É recomendado que seja feita a seguinte pergunta: “As ações propostas por essa política pública podem esperar ou devem ser realizadas imediatamente”?

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

Tendência: Representa o potencial de crescimento do problema, a probabilidade do problema se tornar maior com o passar do tempo. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: “Se eu não resolver esse problema agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente”?

As notas devem ser atribuídas seguindo a seguinte escala crescente: nota 5 para os maiores valores e 1 para os menores valores

Recomendamos que, no momento de atribuir as notas, você pense nos fatores da seguinte maneira:

Nota	Gravidade	Urgência	Tendência (“se nada for feito...”)
5	extremamente grave	precisa de ação imediata	... irá piorar rapidamente
4	muito grave	é urgente	... irá piorar em pouco tempo
3	grave	o mais rápido possível	... irá piorar
2	pouco grave	pouco urgente	... irá piorar a longo prazo
1	sem gravidade	pode esperar	... não irá mudar

O cálculo se dá a partir da multiplicação dos valores de problema (G) x (U) x (T).

Ao final da atribuição de notas para os problemas, seguindo os aspectos GUT, faz-se necessário produzir um número que será o resultado de toda a análise e que definirá qual o grau de prioridade de determinado problema que a política pública se dirige.

Problema	Gravidade	Urgência	Tendência	GxUxT	Prioridade
Problema X	2	4	5	40	2
Problema Y	3	2	3	18	4
Problema Z	5	3	3	45	1
Problema W	1	5	4	20	3

De acordo com a tabela acima, o primeiro problema a ser resolvido seria o “Z”, por obter maior score entre os demais, e o problema “Y”, neste caso, seria o de menor importância.

3. ANÁLISE DOS RISCOS EM CASO DE INTERRUPTÃO TEMPORÁRIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A partir de técnicas de gerenciamento de riscos é possível propor aprimoramentos a determinadas políticas (relativos a seu desenho, seus processos, sua governança, resultados e impactos) ou mesmo dizer se tal política deve ser interrompida, reduzida ou substituída. Essas possibilidades ocorrem para que possa haver redução de custos e economicidade de gastos, com direcionamento certo de recursos e investimentos.

Tendo em vista a Pandemia COVID-19 e os efeitos adversos do impacto econômico em diversas áreas, ações de contenção de danos e novas reformas devem ser aprovadas para aliviar os gastos do governo.

Nesse caso, a forma desta vez sugerida para realizar a análise dos riscos no caso de uma necessária interrupção de determinada política pública é a partir da combinação da probabilidade (P) de ocorrência (chances de ser interrompida) e do impacto (I) (consequência) na política pública, caso o risco (interrupção por falta de recurso) se concretize.

Para tal análise, utilizamos uma matriz de Probabilidade X Impacto.

Para começar, é preciso entender o que determina se algo vai entrar no nível alto, médio ou baixo, tanto de probabilidade quanto de impacto:

Probabilidade da política pública ser interrompida

Alta	Média	Baixa
Mais de 50% de chance	10% a 50% de chance	Menos de 10% de chance
Já foi interrompida outras vezes por falta de recurso	Foi interrompida em uma situação pontual	Nunca foi interrompida

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

Impactos causados caso a política pública seja interrompida

Alto	Médio	Baixo
Grande chance de causar danos e efeitos negativo ao público alvo que se direciona a política	Podem ocorrer danos e efeitos negativo ao público que se direciona a política	Pouco ou nenhum dano ao público que se direciona a política

Vide o exemplo:

Impacto x Probabilidade	Baixo	Médio	Grave
Alta	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto
Média	Risco baixo	Risco Moderado	Risco Alto
Baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco Médio

Desta forma conseguimos obter informações oportunas que trazem uma percepção geral dos possíveis riscos, ameaças e possibilidades no caso de interrupção da política.

4. FORMAS DE REDUZIR O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Para equacionar os desafios colocados pelas demandas sociais crescentes e pela limitação de recursos disponíveis, como já foi dito, é necessária a melhoria da gestão dos recursos públicos, buscando, cada vez mais, a eficiência do gasto, de forma a ser possível fazer mais utilizando o mesmo volume de recursos financeiros.

Uma das formas consideradas para se reduzir o impacto no orçamento é avaliar a possibilidade da implementação da política pública em parceria com outros atores/orgãos.

Em caso positivo, a sugestão da Secretaria Executiva de Integridade e Governança é a construção de uma matriz de responsabilidades (também conhecida como matriz RACI), pois ela apresenta uma definição clara e objetiva das competências das principais partes interessadas envolvidas na política pública, de forma que seja possível a identificação dos objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações de todos os envolvidos.

A matriz RACI é formada por um acrônimo, o qual define os papéis e as atribuições dos envolvidos: **O Responsável, a Autoridade, o Consultado e o Informado.**

R – Responsável (Responsible)

O grupo de pessoas (ou o indivíduo) responsável pela execução e pelo desenvolvimento da política pública

A – Autoridade (Accountable)

Corresponde à parte que tem autoridade para organizar as ações da política e acompanhar seu desenvolvimento. O papel do Accountable é o do aprovador, que será cobrado caso algo se desvie do esperado.

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

C – Consultado (Consulted)

São todos aqueles que podem dar dicas, opiniões e sugestões para melhorar o desenvolvimento da atividade ou o seu aperfeiçoamento.

I – Informado (Informed)

São todas as pessoas que precisam receber a informação sobre a conclusão e o início de um novo processo que gere uma mudança impactante. Neste grupo, estão: usuários, gestor ou interessados diretamente na política.

A forma tradicional para se montar a matriz RACI é a seguinte:

1. Faça uma lista de todas as atividades envolvidas na Política;
2. Faça outra lista, desta vez de todos aqueles que estão envolvidos neste processo;
3. Monte uma tabela com uma linha reservada para cada atividade do processo;
4. Nessa mesma tabela, crie colunas correspondentes a cada um dos envolvidos no processo; e
5. Analise cada atividade e marque com cuidado com uma das letras que revelamos o significado no tópico anterior.

	Ator A	Ator B	Ator C
Caracterização do Problema	I	R/A	C
Definição de objetivos	I	A	R
Desenho da Política	C	A	R
Estimativa de Custos e Benefícios	I	C	R
Implementação	C	A	R
Monitoramento	I	R/A	C
Avaliação	A	R	C

Em caso de políticas públicas nas quais existam sobreposições em termos de problemas, objetivos, público alvo, os recursos são alocados na medida certa para cada ator, evitando assim a duplicidade de ações.

5. ANÁLISE DO CUSTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM COMPARAÇÃO A SEU RETORNO SOCIAL

A implementação eficiente de políticas públicas e programas que garantam o máximo retorno à sociedade deve ser objetivo constante de um órgão público. Sendo assim, é fundamental avaliar as políticas em relação aos seus desenhos, a sua governança e ao seu efetivo compromisso com a sociedade.

Para avaliar essa questão propõe-se a utilização de uma metodologia bastante conhecida internacionalmente e muito familiar aos gestores públicos, a matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats). Essa ferramenta irá incentivar o formulador ou o analista da política pública a refletir e avaliar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças referentes ao seu desenho, por meio da elaboração de determinadas informações.

A proposta aqui é estimular uma reflexão sobre a qualidade do serviço público oferecido e seus respectivos custos, rompendo assim a tradicional lógica de destinarmos mais recursos às políticas sem que haja avaliação de seus retornos.

Matriz Swot

Ambiente Interno	Forças	Oportunidades	Ambiente Externo
	Fraquezas	Ameaças	

- Forças e fraquezas neste caso, descrevem a situação atual do desenho da política pública.
- Oportunidades e ameaças se apresentam como contextos fora do âmbito do órgão.

Forças são características e recursos da política proposta que colaboram para o seu êxito: ex. caso a política atinja pontos estratégicos para alavancar crescimento econômico do país, seu custo pode ser visto como relativamente baixo para os potenciais retornos sociais.

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

Fraquezas são problemas atualmente diagnosticados e de difícil solução: ex. caso o orçamento seja insuficiente e exista pouca participação social no programa, os gastos não justificariam o pouco retorno, tendo em vista que não seria possível executar as metas planejadas e sem o apoio da sociedade os objetivos não seriam atingidos.

Oportunidades caracterizam a possibilidades de fortalecer a política: ex. caso seja identificado que a política provoca um aumento da arrecadação gerando orçamento para a execução de outras políticas públicas, e contribua por exemplo para o aumento das oportunidades de emprego o custo da política também pode ser visto como condizente com o seu retorno social.

Ameaças são as questões que limitam ou ameaçam as suas possibilidades de êxito: ex. a crise financeira atual e a insegurança da população decorrente da pandemia, é um grande fator de ameaça, visto que sem investimentos, neste caso não é possível executar as ações planejadas e sem que haja um retorno o esperado positivo não há como justificar os custos da política pública.

Essa análise nos mostra que não basta apontar apenas o quanto determinada política consome do orçamento público, e, sim, a importância de relacionar seus custos e benefícios, avaliando a qualidade e o retorno de suas entregas.

6. INSTRUMENTO AUXILIAR DE AVALIAÇÃO

A partir da identificação e análise do conjunto de aspectos que devem ser levados em consideração na avaliação das políticas públicas governamentais no contexto da Pandemia COVID-19, construímos esse instrumento auxiliar de tomada de decisão frente à inevitável queda de arrecadação estadual causada pela desaceleração da atividade econômica.

No formato de um fluxograma, o instrumento possui como intenção auxiliar os gestores, técnicos e analistas a identificar questões específicas, considerando o conteúdo já abordado.

Ao analisar cada questão, o formulador deve responder SIM ou NÃO se o questionamento couber no contexto do seu órgão tem por finalidade as seguintes sugestões de ação: (1) continuação da política pública; (2) reestruturação da política pública; (3) interrupção da política pública temporariamente; ou (4) extinção da política pública.

Questões norteadoras:

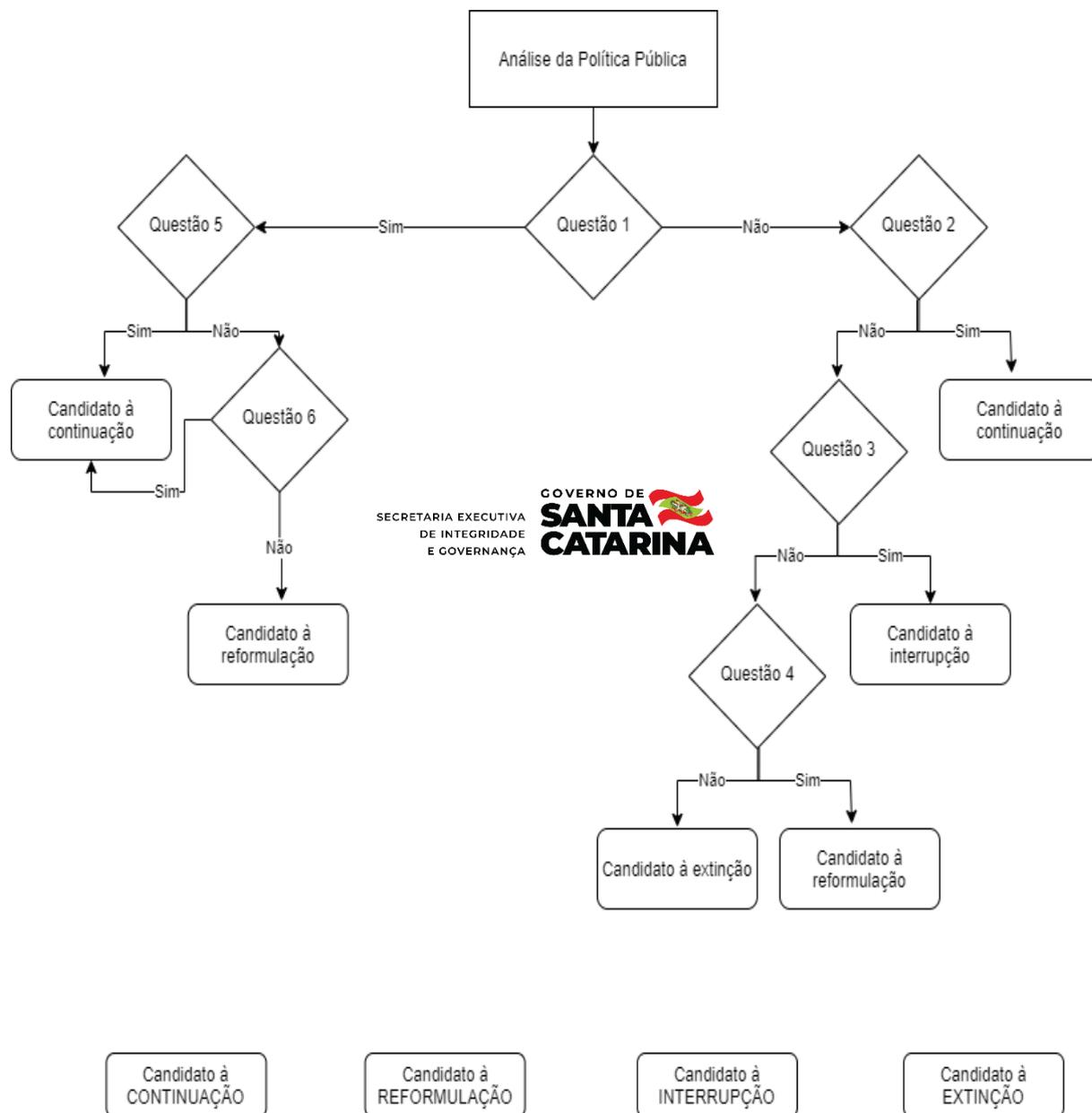
1. A política continua a ser uma prioridade no cenário da Pandemia COVID-19?
2. O governo dispõe de recursos para financiar a política pública?
3. É possível interromper temporariamente a política pública?
4. São consideradas formas de reduzir o impacto orçamentário, como por exemplo com a implementação da política em parceria com outros atores?
5. O custo da política é relativamente baixo para os potenciais retornos sociais?
6. O governo dispõe de recursos para financiar a política pública?

IMPORTANTE!

Com base no resultado da avaliação e levando em consideração as sugestões encontradas no final deste Guia, resta ao poder discricionário do formulador de políticas públicas e dos gestores de cada órgão a decisão final sobre a ação a ser realizada.

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança



7. AVALIAÇÃO DE RISCOS

Após analisar cada política pública com base no instrumento auxiliar, o gestor, técnico ou analista de políticas públicas de cada órgão pode identificar nas sugestões de ações determinados aspectos, a fim de prever medidas de tratamento como parte do processo de gerenciamento de riscos. Com este procedimento, a tomada de decisão poderá ser realizada de forma a antecipar soluções possíveis para situações prováveis.

Portanto, após a implantação prática das sugestões deste documento, esperamos que você tenha condições de responder às seguintes questões sobre os riscos da ação de cada política pública:

Continuação da política pública

- **Colaboração:** Quais são os principais responsáveis pela continuação da política? A equipe e os avaliadores são adequados para a sua correta condução?
- **Gestão:** Existem mecanismos de supervisão da execução da política para garantir o alcance de sua finalidade?
- **Resultado:** Foram traçados os objetivos da solução da política a curto, médio e longo prazo?
- **Custo:** Mesmo que a política esteja sendo realizada a custos razoáveis (economicidade), é possível diminuir seus gastos?
- **Cenário:** Existe a possibilidade de a continuidade da política ser afetada devido à situação atual?
- **Evidência:** Há evidências de que os resultados da política estão sendo alcançados ao longo do tempo?
- **Planejamento:** Os resultados da política estão sendo alcançados de acordo com os planejamentos anteriormente estabelecidos?
- **Percepção:** Existem instrumentos de coleta das informações da análise da percepção da população que está sendo atendida e seu nível de satisfação? Caso não existam, é possível realizar pesquisa voltada para mensurar e entender os efeitos da política segundo os seus usuários?

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

- **Projeto:** No caso de projetos, os custos de manutenção e operação após a conclusão da obra foram considerados?
- **Tratamento dos Riscos:** Quais as formas de tratar ou mitigar os riscos de insucesso da continuidade da política identificados?
- **Sobreposição:** Foi verificado se há outras ações no âmbito dos órgãos que também se destinam à resolução do mesmo problema? Quais as diferenças entre essas ações e a política em avaliação? Há propostas de coordenação entre essas políticas?
- **Governança:** A estrutura de governança permite participação social em algumas das etapas da sua execução?

Reestruturação da Política

- **Estratégia:** Quais alternativas o órgão pode adotar a fim de permitir à política pública maior efetividade, eficiência e eficácia no momento atual?
- **Custo:** É possível reduzir os gastos na política sem afetar o nível de bens e serviços ofertados?
- **Público-alvo:** Há possibilidade de revisar critérios de elegibilidade ao acesso à política, de modo a reduzir custos?
- **Entrega:** É possível escalonar as entregas da política através dos exercícios financeiros sem perder a funcionalidade do objeto?
- **Público-alvo:** Os bens e serviços ofertados pela política atendem à demanda da sociedade atualmente?
- **Desenho:** O desenho planejado inicialmente quando confrontado com a experiência prática de implementação da política, gera informações e recomendações que possam aprimorar a sua gestão e os seus resultados?
- **Sobreposição:** Há políticas públicas com sobreposições em termos de problemas e objetivos?
- **Efetividade:** Como a entrega dos bens e serviços da política tem sido acompanhado pela gestão da política?
- **Acesso:** Se a política possuir restrição de acesso, há mecanismos de controle da elegibilidade dos beneficiários? Esses mecanismos são efetivos?
- **Governança:** A estrutura de governança pode ser aprimorada a fim de contribuir para a atuação dos atores envolvidos com a política pública por meio da definição clara de suas

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

competências e responsabilidades, e da articulação com os demais órgãos e dos processos, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público?

- **Solução:** É possível encontrar soluções para o problema nas experiências nacionais/internacionais?
- **Tratamento dos Riscos:** Quais as formas de tratar ou mitigar os riscos de insucesso da reestruturação da política identificados?

Interrupção da política pública temporariamente

- **Resultados:** Como a interrupção da política pública pode ser realizada de modo a não afetar (ou afetar minimamente) os bens e serviços que ela executa?
- **Comunicação:** Como será realizada a comunicação da interrupção com os atuais beneficiário da política?
- **Público-alvo:** Existem informações sobre os beneficiários da política que não foram atendidos, de modo que essas informações possam ser utilizadas como grupo de controle para comparação com os atendidos pela política até o momento?
- **Aprimoramento:** É possível aproveitar o período de interrupção da política para aprimorá-la?
- **Impacto:** Há viabilidade de realizar avaliação de impacto da política até o momento?
- **Tratamento dos Riscos:** Quais as formas de tratar ou mitigar os riscos de insucesso da interrupção da política identificados?

Extinção da política pública

- **Desenho:** Quais são as falhas e os erros do desenho da política associados a efeitos não planejados ou não intencionais?
- **Efeito do Peso Morto:** A política tende a proporcionar resultados que já ocorreriam de qualquer forma?
- **Efeito do Vazamento:** Os benefícios da política são recebidos por outros agentes, e não pelo público-alvo?
- **Efeito da Substituição:** O efeito da política favorece um grupo em prejuízo do outro?
- **Efeito do Deslocamento:** Os resultados positivos promovidos pela política são contrabalanceados por resultados negativos da mesma política em outros grupos ou locais?

Gestão de Riscos no Contexto das Políticas Públicas

Orientações da Secretaria Executiva de Integridade e Governança

- **Disponibilidade dos Dados:** Foi produzido material contendo o que foi feito, quando, onde, para quem e os resultados da política?
- **Lições Aprendidas:** Foi realizado registro dos êxitos e fracassos da política, com vistas a registrar as práticas realizadas?
- **Problema:** Houve outras políticas ou iniciativas que podem ter influenciado o problema?
- **Tratamento dos Riscos:** Quais as formas de tratar ou mitigar os riscos de insucesso da extinção da política identificados?

Após a leitura do material, se você tiver dúvidas sobre o gerenciamento dos riscos e avaliação das políticas públicas de seu órgão, conte com o nosso apoio. Estamos à disposição para ajudá-los pelo e-mail: politicaspUBLICAS@sig.sc.gov.br.

Equipe da Secretaria Executiva de Integridade e Governança